



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 144/2026

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo o país (incluindo saúde, assistência social e políticas públicas integradas).
- Lei Federal nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que altera diversas leis (Lei Complementar nº 26/1975, Leis nº 8.036/1990, 8.019/1990 e 10.150/2000) e inclui reconhecimento legal de pessoas com doenças raras para efeitos de saque do FGTS e outras alterações legais conforme definição do Ministério da Saúde de quais condições são consideradas doenças raras.
- Portaria Interministerial nº 25/2024 (MS e MDS), que estabelece orientações para priorização e organização da atenção às pessoas/famílias em risco de insegurança alimentar, incluindo a Triage para o Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) realizada na Atenção Primária à Saúde pelo SUS com perguntas padronizadas
- Decreto Estadual nº 69.664/2025, que estrutura a Subsecretaria de Abastecimento e a Diretoria de Segurança Alimentar no Estado de São Paulo, com competências para promover ações, programas e monitorar a situação de segurança alimentar no território paulista.
- Lei Estadual nº 3.914, de 14 de novembro de 1983, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo Congênito nos hospitais e maternidades do Estado de São Paulo;
- Lei Estadual nº 15.669, de 12 de janeiro de 2015, que institui a Política de Tratamento de Doenças Raras no Estado de São Paulo e dispõe sobre a organização da atenção à saúde para esse grupo.
- Lei Estadual nº 17.802, de 17 de outubro de 2023, que autoriza a criação da “Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara – SP” no âmbito do Estado de São Paulo.
- Lei Municipal nº 12.352, de 13 de junho de 1997, que Institui o Programa de Prevenção e Assistência (VETADO) às pessoas portadoras do traço falciforme ou anemia falciforme no Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 12.541, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo C;
- Lei Municipal nº 17.083, de 14 de maio de 2019, que institui o “Programa de Apoio às Pessoas com Doenças Raras” no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.786 - 26/04/2022, que dispõe sobre a alteração da Lei 14.485 de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Datas e Eventos da Cidade de São Paulo, JUNHO LILÁS para esclarecimento e conscientização da população sobre as doenças raras e autoimune, a ser comemorado no mês de junho de cada ano.
- Lei Municipal nº 18.210/2024, que institui a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, com princípios e diretrizes para programas que promovam acesso à alimentação adequada e digna.

Projetos de Leis Federais:

PL Nº 109/2025 — CRIA O SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DE DOENÇAS RARAS NO SUS (EM ANÁLISE).

PL Nº 3373/2025 — PROPÕE CRIAÇÃO DE CADASTRO NACIONAL DE DOENÇAS RARAS COM REGRAS DE DISPENSAÇÃO E MONITORAMENTO.

Projetos de Leis Municipais:

- PL 165/2026
Institui a Política Municipal de Conscientização, Diagnóstico Precoce e Suporte a Pessoas com Síndrome de Li-Fraumeni (SLF) no Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 132/2026
Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Conscientização da SINDROME DE RETT, anualmente no dia 20 de outubro.
- PL 33/2026
PL 525/2025 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, os Centros de Acolhida para Pessoas com Deficiência e Enfermos em Situação de Rua e estabelece suas finalidades e diretrizes.
- PL 1366/2025
Institui o uso do cordão como símbolo de identificação e conscientização sobre a importância das pessoas com doenças raras no Município de São Paulo.
- PL 1300/2025



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Dispõe sobre a ampliação da Triagem de Risco de Insegurança Alimentar e Nutricional (TRIA) na Atenção Primária à Saúde do Município de São Paulo, para inclusão das pessoas diagnosticadas com doenças raras entre os dados qualificados de vulnerabilidade alimentar, e dá outras providências.

- PL 1299/2025

Estabelece diretrizes para o registro de doenças raras nos prontuários das unidades públicas de saúde do Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 1298/2025

Dispõe sobre a criação do Cadastro Municipal de Doenças Raras, no âmbito da Política Municipal de Saúde.

- PL 1297/2025

Institui, como diretriz de política pública, o Programa Municipal de Fóruns Regionais sobre Doenças Raras, no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 858/2025

Institui o Programa Municipal de Prevenção e Detecção Precoce de Síndromes Raras no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 827/2025

Institui no Município de São Paulo o cordão de fita com desenho de mãos coloridas sobrepostas por uma silhueta humana como símbolo de identificação de pessoas com doenças raras, e dá outras providências.

- PL 525/2025

Dispõe sobre a criação do “Selo Empresa Amiga do Cuidado”, a ser conferido às empresas que abonarem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos(as), tutelados(as) ou outras pessoas sob sua responsabilidade legal em situações de necessidade médica ou educacional.

- PL 524/2025

Institui o “Selo Empresa Amiga do Cuidado”, destinado a reconhecer empresas que abonem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos, tutelados ou pessoas sob sua responsabilidade em atendimentos de saúde ou compromissos escolares.

- PL 831/2024

Institui o “Programa Remédio em Casa”, com o objetivo de enviar diretamente os medicamentos de uso contínuo para cidadãos em tratamento e em situação de vulnerabilidade, no âmbito do município de São Paulo.

- PL 727/2020

Cria a Semana Municipal de Conscientização da PTI - Trombocitopenia Imune Primária, e dá outras providências.

- PL 525/2020



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação sobre as doenças raras não detectáveis pelo teste do pezinho e fixa providências.”

- PL 369/2020

Cria o centro municipal de referência em doenças raras, o programa de mapeamento, identificação e cadastro das pessoas com doenças raras, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 19 de março de 2026

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
PROCURADORA LEGISLATIVA SUPERVISORA
OAB 155.068